

Relatório da Audiência n.º [1-COFMA-XIII](#)

Dia: 15 de dezembro de 2015

ENTIDADE: APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

ASSUNTO: *Projeto de Lei n.º 43/XIII (Prorrogação de receitas previstas no Orçamento de Estado para 2015)*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Teresa Leal Coelho (PSD), Presidente da Comissão;
- António Leitão Amaro (PSD);
- Cecília Meireles (CDS-PP);
- Cristóvão Crespo (PSD);
- Inês Domingos (PSD);
- João Paulo Correia (PS);
- João Pinho de Almeida (CDS-PP);
- Margarida Balseiro Lopes (PSD);
- Rubina Berardo (PSD).

Síntese dos Temas Abordados:

A Presidente da Comissão, Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), deu as boas vindas aos representantes da APIFARMA, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da APIFARMA, na pessoa do Presidente da Direção, agradeceu o agendamento da audiência, efetuando um conjunto de considerações sobre o [Projeto de Lei n.º 43/XIII/1.ª \(PS\)](#).

O Presidente da APIFARMA revelou o seu desconforto perante a anunciada manutenção da contribuição sobre a indústria farmacêutica. Sublinhou que a indústria teve uma redução dos lucros, lembrou os protocolos celebrados com o Ministério da Saúde para reequilíbrio da sua situação financeira, bem como o que rotulou de subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o qual, alega, se tenta mitigar com a contribuição.

Recordando que o desequilíbrio das contas do SNS não, está, em sua opinião, nos preços dos medicamentos, elencou mais uma série de desvantagens para a APIFARMA com a manutenção, para 2016, da contribuição. Recordou ainda que impugnaram a medida junto do Supremo Tribunal Administrativo, tendo ainda suscitado a inconstitucionalidade da mesma perante o Provedor de Justiça e a Procuradoria-Geral da República.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), que saudou a delegação da APIFARMA e agradeceu a colaboração da mesma. Recordou a política de pagamento da dívida e a política do medicamento seguida pelo XIX Governo e sublinhou que esta é uma opção de continuidade até ser aprovado o Orçamento do Estado (OE) para 2016. Como tal, não farão a discussão desta questão nesta sede, mas em sede de OE.

Interveio, também, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), que também agradeceu a colaboração da APIFARMA. Destacou a preocupação com a sustentabilidade das finanças públicas, até (neste caso) à aprovação do OE para 2016. Salientou que há sensibilidade para com a posição da APIFARMA, mas que nada pode garantir, por parte do PS, relativamente a uma posição futura.

O Presidente da APIFARMA enfatizou ainda que a situação das restantes contribuições previstas na iniciativa legislativa é diferente, relativamente à Associação a que preside, por comparação com os restantes países europeus.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) declarou reconhecer o sacrifício da indústria farmacêutica e salientou a disponibilidade do sector para participar no esforço em causa, recordando que a situação económica do país não é ainda a desejável. Colocou algumas questões relacionadas com o valor global da contribuição, com a quota de mercado de associados da APIFARMA que não aderiram ao acordo com o Governo e com eventuais diligências do atual Governo relativamente à renovação desse acordo, tendo a APIFARMA respondido com os dados que tinha disponíveis.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) acrescentou que compreende a argumentação da APIFARMA e que tem a noção de que há muitos sectores que estão numa situação de limite de esforço. Referiu que admite que haja especificidades, no que toca à contribuição, relativamente a Investigação e Desenvolvimento, tendo a APIFARMA reiterado os argumentos anteriormente aduzidos.

A Senhora Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela APIFARMA, dando nota que seria elaborado um relatório da audiência, a distribuir para conhecimento de todos os membros da Comissão (incluindo os que não tinham podido estar presentes, devido aos trabalhos parlamentares), a ser apreciado em reunião da mesma.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 15 de dezembro de 2015

A Presidente da Comissão

Teresa Leal Coelho